



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA**

BERNARDO LUZA

**ESCOLA PÚBLICA E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:
POSSIBILIDADES DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO**

**CHAPECÓ
2017**

BERNARDO LUZA

**ESCOLA PÚBLICA E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:
POSSIBILIDADES DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Geografia da
Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para
obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Maria Andreis

**CHAPECÓ
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Luza, Bernardo

Escola Pública e Formação para a Cidadania:
possibilidades da geografia no ensino médio/ Bernardo
Luza. -- 2017.

56 f.:il.

Orientadora: Adriana Maria Andreis.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia , Chapecó, SC, 2017.

1. A Cidadania em Questão. 2. Cidadania no Ensino da
Geografia. 3. Dialogando com a Escola, Acerca da Educação
Cidadã na Geografia. I. Andreis, Adriana Maria, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

BERNARDO LUZA

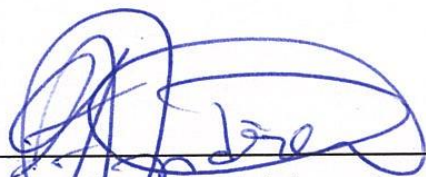
**ESCOLA PÚBLICA E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:
POSSIBILIDADES DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

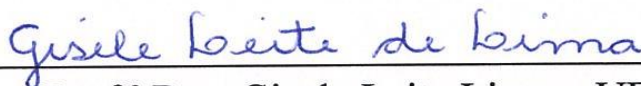
Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Maria Andreis

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 17/07/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Adriana Maria Andreis – UFFS



Prof.^a Dra. Gisele Leite Lima – UFFS



Prof. Dr. William Simões – UFFS

Aos meus pais, pelo carinho demonstrado por meio de atitudes e pequenos gestos que tiveram grande significado em minha vida!

AGRADECIMENTOS

Neste tempo estranho pelos sentimentos que o integram, mas tão esperado pelos sonhos que o tornaram histórico, agradeço imensamente a Deus e ao emaranhado de sujeitos que ora passaram, ora estão chegando, ora chegaram e não quiseram mais sair de minha vida... Dentre eles, meus pais, Evaristo e Ivanete, que, com suas faces preocupadas e saudosas, souberam entender-me em meus momentos e anseios. A minha irmã, Edinaura, sempre incentivando e presente em minha vida acadêmica. A minha tia Rita, uma espécie de segunda mãe... sempre presente.

Aos meus grandes amigos e colegas de graduação que, de alguma forma, contribuíram e contribuem na construção desta minha trajetória, com ideias e concepções diferentes, as quais favoreceram a construção de grandes aprendizados.

Agradeço, em especial, à orientadora deste trabalho, professora doutora Adriana Maria Andreis, profissional de grande competência, que contribuiu significativamente em minha formação humana e acadêmica, por meio da solidez de suas discussões, postura ética e visão de mundo, tornando-me mais consciente de minha participação na sociedade. Meus agradecimentos, igualmente, aos demais professores que passaram por mim ao longo deste curso de graduação, pelos conhecimentos socializados com sabedoria e paciência, evidenciando o anseio por uma educação de qualidade. Agradeço, também, aos alunos e professores das escolas públicas de ensino de Chapecó.

Enfim, às pessoas que, direta ou indiretamente, fazem parte da minha rede de amizades e relações, seja por meio de vínculos recentes, seja através de vínculos remotos, e são influenciadoras da dinâmica que perpassou e perpassa minhas escolhas, inclusive a de estar concluindo este curso de graduação.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. (FREIRE, 2002, p.36)

RESUMO

A cidadania coloca-se como uma das prerrogativas fundamentais no âmbito da educação, considerando que demanda ser trabalhada e articulada por todas as áreas do conhecimento, haja vista sua implicância no reconhecimento de conquistas históricas da humanidade. Mediante isso, nesta pesquisa, investigamos o tratamento e entendimento atribuído à cidadania pela Geografia, no Ensino Médio. Ao encontro dessa contextura, indagamos como a cidadania é apresentada teoricamente e como é aprendida no Ensino Médio. Assim, o objetivo central desta pesquisa é analisar a contribuição da Geografia escolar na aprendizagem da cidadania. Para este percurso, a metodologia adotada compreendeu o estudo de referenciais teóricos que problematizam a cidadania e a Geografia, em diálogo com enunciados dos alunos do Ensino Médio de duas escolas da região oeste de Santa Catarina que adotam o Ensino Médio Integral: uma localizada em cidade de médio porte, e outra, em cidade de pequeno porte. A pesquisa permite afirmar que o entendimento de cidadania perpassa a ideia de coletivo, mas com ênfase à preservação ambiental.

Palavras-chave: Cidadania. Ética. Geografia. Ensino Médio. Recursos pedagógicos.

ABSTRACT

Citizenship is one of the fundamental prerogatives in education, considering it demands to be worked and articulated by all areas of knowledge and given its implication in the recognition of humankind's historical achievements. Through this, in this research, we investigate the treatment and understanding assigned to citizenship by Geography in High School. In this context, we inquire how citizenship is theoretically presented and how it is learned in High School. Thus, the main purpose of this research is to analyze the contribution of Geography taught in school to the learning of citizenship. To this end, the methodology adopted comprehends the study of theoretical references that problematizes citizenship and Geography in accordance with statements from High School students from two full-time schools in the Western Region of Santa Catarina that adopt full secondary education – one located in a medium-sized city and the other in a small city. The research allows affirming that the understanding of citizenship exceeds the idea of collective, but with emphasis on environmental preservation.

Keywords: Citizenship. Ethic. Geography. High School. Pedagogical Resources.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - O que significa "cidadania"?	37
Quadro 2 - Escola A: Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia ?	43
Quadro 3 - Escola 1 : Você aprende ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia? ...	45

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Gênero dos sujeitos pesquisados.....	36
Gráfico 2 - Idade dos sujeitos pesquisados	37
Gráfico 3 - Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia?	42

Sumário

1	INTRODUÇÃO	13
2	A CIDADANIA EM QUESTÃO	16
2.1	O CONCEITO DE “CIDADANIA”	16
2.2	CIDADANIA, EDUCAÇÃO E GEOGRAFIA: ELEMENTOS PARA O DEBATE.	20
3	CIDADANIA NO ENSINO DA GEOGRAFIA	24
4	DIALOGANDO COM A ESCOLA ACERCA DA EDUCAÇÃO CIDADÃ NA GEOGRAFIA	28
4.1	OS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO	28
4.2	UM DIÁLOGO COM OS JOVENS SOBRE CIDADANIA E GEOGRAFIA	32
4.2.1	Metodologia	33
4.2.2	Dados da pesquisa de campo.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
	ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, que coloca em debate a relação entre a cidadania e a Geografia trabalhada nas escolas, nasce dos desafios e expectativas geradas a partir da atuação do pesquisador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que, dentre suas atividades, proporciona ao acadêmico um conhecimento prévio acerca do importante papel do professor para a construção de um país melhor, com perspectivas de justiça e igualdade social. Essa convivência com a escola instigou a realização deste estudo à medida que percebemos que os alunos carecem reconhecer na Geografia elementos para ressignificar suas relações sociais, no atual contexto de precarização dos acessos e de massificação de concepções que não contribuem para a constituição “cidadã” dos sujeitos.

A cidadania pode ser entendida como um conjunto de direitos e deveres dos sujeitos que vivem em sociedade. Comumente, abrange três dimensões da vida dos sujeitos: política, civil e social. Entre as conquistas do povo brasileiro, pode-se citar o direito à liberdade, ligado às nossas raízes escravocratas; o direito à propriedade, numa sociedade dominada pelo latifúndio; o direito ao voto, apesar do coronelismo. Com o passar do tempo, à medida que a sociedade brasileira foi-se estruturando e consolidando, também a partir da emergência e incidência de diversos movimentos sociais, vários direitos e deveres, aos poucos, foram sendo agregados à vida dos sujeitos.

A escola de Educação Básica, como instituição ligada a toda a população, na maioria das sociedades, atua diretamente na formação das pessoas, contribuindo para a construção de valores e a disseminação de conhecimentos acumulados ao longo da história pela humanidade, influenciando, desta forma, na constituição dos sujeitos. Conseqüentemente, diretores, professores, pais, alunos e demais agentes envolvidos na educação precisam estabelecer parâmetros e condutas éticas para um melhor desenvolvimento do percurso escolar dos jovens (no caso, do Ensino Médio), a partir de um conhecimento compartilhado e aperfeiçoado de forma coletiva. De forma geral, é preciso que a comunidade escolar tenha conhecimento e clareza da função social da escola e da sua importante participação para a consolidação dos objetivos estabelecidos por esta, na teoria e na prática, tendo em vista a formação de sujeitos críticos e conhecedores das relações que perpassam a sociedade, bem como instigados à

participação social com vistas a uma sociedade justa e igualitária, para além de uma consciência “isoladamente” ambiental ou à disposição da realização de “ações pontuais de cidadania”.

A relação entre educação e cidadania é essencial, uma vez que, para que tenhamos um olhar dinâmico e crítico sobre a nossa sociedade e as relações que a constroem, é necessário que a escola também disponibilize uma educação voltada para a construção da cidadania, não somente dos alunos, mas de todo o público envolvido. Mas, como explicar a formação atual dos jovens no Ensino Médio, levando em consideração os conteúdos e as aulas de Geografia? Qual a contribuição da Geografia à formação cidadã no Ensino Médio? E qual a mediação mais adequada no processo pedagógico para possibilitar essa formação? A partir de tais questões, este estudo visa analisar a contribuição da Geografia para a formação cidadã no Ensino Médio.

Para esse percurso, o trabalho em tela está organizado em três capítulos posteriores a esta introdução. O primeiro apresenta uma breve localização conceitual e histórica dos referenciais acerca de cidadania, métodos educacionais para a Educação Básica. O segundo capítulo discute elementos relacionados ao ensino de Geografia na Educação Básica, como os conteúdos elencados na disciplina. Por fim, o terceiro capítulo traz os dados da pesquisa realizada com alunos do 3º ano (terceiro ano) de Ensino Médio em duas escolas públicas da região oeste de Santa Catarina – esta ação foi realizada com o objetivo de contemplar respostas de alunos sobre questões referentes a cidadania, e que foram analisadas individualmente. Dessa forma, será possível identificar a compreensão dos alunos sobre “cidadania”, sua opinião sobre problemas atuais da sociedade e de convivência, para posteriormente refletir sobre as respostas, relacioná-las com conteúdos e, conseqüentemente, com as aulas de Geografia.

Esses capítulos configuram esta pesquisa, que permite confluir em considerações finais, apresentando que os alunos do Ensino Médio consideram que os conteúdos e as aulas de geografia têm contribuído imensamente em sua formação cidadã. Este tema deve estar sempre presente no debate na escola e, acima de tudo, nas mais diversas instituições. Sem dúvida, uma das diversas funções da escola é formar cidadãos críticos, tornando-os ativos para o movimento e desenvolvimento da sociedade, com vistas à consolidação dos direitos fundamentais, construindo uma nação justa e sem desigualdades, de modo a melhorá-la em prol do bem-estar de toda a comunidade envolvida.

O entendimento dos alunos sobre cidadania gira majoritariamente em torno da presença de direitos e deveres. Apesar de os jovens pesquisados ainda não possuírem aprofundamento teórico necessário para a efetiva consciência plena em relação ao assunto, é ideal oferecer-lhes uma educação voltada a sua realidade; a maneira como são transmitidos os saberes escolares é essencial para estimular o aluno a melhorar sua conduta e chamar sua atenção diante de uma sociedade em constante transformação. No entanto, é fundamental estabelecer um plano político-pedagógico (PPP) sólido, do qual o público escolar deve ter um pleno conhecimento, estabelecendo regras e padrões de ensino de forma coletiva, envolvendo todos os personagens da educação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de referência deve ser capaz de enfatizar uma parcela dos conteúdos ministrados direcionada à região da escola, na qual o aluno reside, e outra parte voltada a discussões em âmbitos nacional e global.

O desenvolvimento deste trabalho, então, pode contribuir para o aperfeiçoamento tanto do pesquisador, como cidadão, quanto das escolas investigadas. O texto aponta sugestões para a superação da realidade exposta, contribuindo para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, mas jamais encerrando o debate e as pesquisas, pois todos os envolvidos neste processo estão direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento e construção de uma educação emancipadora. Assim, como já citado por muitos profissionais da educação e de autoria desconhecida, afirmamos: “O mundo que vamos deixar para nossos filhos depende dos filhos que vamos deixar para este mundo.”

A educação geográfica contribui imensamente para a construção moral e ética do indivíduo. Acreditamos que, quando os indivíduos se reconhecem como agentes de construção de seus espaços de convivência, compreendendo que somos todos dependentes uns dos outros, dá-se mais facilmente o respeito para uma sociedade com menos repressão e maior capacidade de reflexão sobre os próprios atos, uma formação que capacite à atuação no mundo de modo ético. Assim, teremos total condição de pensar e agir, tornando os espaços mais justos, igualitários e sustentáveis.

Fornecer considerações importantes para a realização de outros trabalhos ligados a educação, buscando uma consonância das atividades com os alunos e das intervenções do professor na escola, buscando aprimorar a prática pedagógica da “Geografia que se ensina”. Refletir acerca da organização do espaço onde se vive é uma tarefa de um ensino comprometido com a formação de cidadãos críticos.

2 A CIDADANIA EM QUESTÃO

Para que se compreenda o conceito de cidadania, tão utilizado na sociedade atual, não basta apenas pensá-la enquanto condição de sociedade contemporânea. Pensar em cidadania significa levar em consideração todo seu percurso histórico, desde o seu surgimento, há séculos atrás, passando pelas lutas de diversos povos através do tempo.

Portanto, com o intuito de compreender de fato o conceito de cidadania, é necessário um aprofundamento histórico, visando resgatar os elementos que o constituem. Na perspectiva de suscitar o debate acerca dos conteúdos e das aulas de Geografia voltadas à formação cidadã e ao fortalecimento do ensino, o presente capítulo faz uma breve localização conceitual e histórica dos referenciais de cidadania, de formação ética e moral através dos conteúdos de Geografia presentes no Ensino Médio.

2.1 O CONCEITO DE “CIDADANIA”

A ideia de cidadania nasceu na Idade Antiga, na Grécia, por volta dos séculos V e IV antes da era cristã, expandindo-se para o resto da Europa. Apenas homens e proprietários de terras (desde que não fossem estrangeiros) eram considerados cidadãos. A cidadania, desta forma, era determinada a partir de um conceito restrito, pois mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos. Na Idade Média (2ª era – século V a XV d.C.) vigorou na Europa o sistema feudal; os feudos eram fortalezas particulares de grandes proprietários de terras. A ideia de cidadania, perante o poder desses senhores feudais, foi reduzida de forma quase integral, haja vista sua autoridade absoluta diante de seus “servos”, limitados totalmente de qualquer espécie de autonomia.

Após a Idade Média, o regime feudal deu lugar a um novo sistema. Os antigos feudos foram decompostos, formando-se cidades e, posteriormente, países, os chamados Estados Nacionais. Iniciou-se, então, a Idade Moderna (3ª era – século XV a XVIII d.C.), em que os poderes existentes nos países do contexto pós-feudalismo provinham da união de dois grupos: o rei e a burguesia. O rei, figura extremamente poderosa, era financiado pela burguesia em troca de apoio político. Com o tempo, a figura de “poder absoluto” do rei passou a não mais agradar à burguesia, que, enriquecendo de forma autônoma e veloz, passou a perceber o rei como um perigo, um obstáculo ao seu

progresso. Para dar fim ao Absolutismo Real, a burguesia realizou cinco grandes revoluções: Revolução Industrial, Iluminismo (Revolução Filosófica), Revolução Francesa (considerada a maior de todas), Independência dos Estados Unidos e Revolução Inglesa.

Com o fim do absolutismo, iniciou-se a Idade Contemporânea (desde o século XVIII até os dias de hoje), marcada pela consolidação de um novo tipo de Estado, o Estado de Direito (característica do modelo atual). O Estado de Direito identifica-se pela afirmação de que “todos possuem direitos iguais perante a constituição”, o que se configurou como um grande avanço no conceito de “cidadania”, mas que, no entanto, centrou-se muito mais em seu aspecto formal. Se, por um lado, as Revoluções Burguesas, em especial a Revolução Francesa, se configuraram como o mais avançado processo que a humanidade já conheceu, por outro lado, das revoluções emergiu o processo de exploração e dominação do capital. A burguesia necessitava do povo; convencia-o, então, de que todos estavam contra o rei e lutando pela igualdade. Foi após essas insurreições vitoriosas que surgiram as primeiras constituições que atuavam, na lógica do Estado, a serviço da burguesia.

Perdura, desta forma, a grande contradição: cidadania *versus* capitalismo. A cidadania implica conquista de direitos, democracia, acessos igualitários, e tais preceitos não podem angariar sua expressão máxima na sociedade capitalista, em que a posse dos meios de produção é restrita a poucos sujeitos, as pessoas não têm os mesmos acessos aos bens e serviços produzidos pela sociedade e nem a mesma possibilidade de participação social.

A expressão “cidadania” tem sido amplamente debatida, fazendo-se presente em diversos discursos, porém com diferentes intenções. As compreensões e usos do tema cidadania se dão sobre perspectivas particulares de grupos sociais e interesses distintos. Reavivando as concepções de alguns pensadores a respeito de cidadania, pode-se enfatizar a existência de variações, determinadas ora pelo período histórico, ora pelo anseio de construção de novos caminhos. Karl Marx, citado por Tonet (2005), acreditava que a busca da cidadania só poderia ocorrer com a emancipação política, seguida pelo desmantelamento do sistema capitalista. A cidadania não se faria possível aos trabalhadores enquanto estes continuassem a ser explorados pelo capital.

Jean-Jacques Rousseau (1991) percebia a cidadania como um conceito abrangente a todas as pessoas. Ela poderia ser praticada sob o poder de representantes governamentais, assim como nas decisões tomadas pelo povo.

Assim, como anteriormente citado, na Grécia, excepcionalmente em Atenas, eram considerados cidadãos apenas os homens livres, cerca de 10% da população (ARANHA, 2006). O grupo dos não cidadãos era constituído por mulheres, crianças, escravos, idosos e estrangeiros. O homem livre, dessa forma, estava isento de atividades artesanais e, livre do trabalho em geral, dedicava-se apenas ao pensar. “O trabalho, para os gregos, é incompatível com o exercício do livre pensar, com a produção de conhecimentos e com a participação política [...]” (RIBEIRO, 2002, p. 116).

Santos (2011, p. 82) afirma que “[...] a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito.” Refere-se, portanto, ao fato de que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada a todo instante, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções.

O termo “cidadania” está presente em diversos documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso II, cita que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cidadania, revelando a real importância desse conceito em todas as esferas nacionais. Ainda na referida Constituição, a cidadania continua sendo princípio fundamental, conforme artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, não paginado).

Esse termo também aparece na Lei n. 9.394/1996:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, não paginado).

Ainda na mesma lei, a Educação Nacional Básica, compreendida pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, apresenta-se voltada para a cidadania, conforme o artigo 22: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996, não paginado).

No Brasil, o debate sobre cidadania é extremamente recente comparativamente ao contexto europeu. Realizando uma breve análise da história de nosso país, percebe-se que perduram relações de favorecimento às elites, à burguesia. “A elite vivia sua cidadania com regalo [...]” (COVRE, 1998, p. 52). Para a classe trabalhadora, é histórica a demanda de luta pela conquista de direitos voltados à garantia das condições mínimas de acessos a bens (habitação, infraestruturas, etc.) e serviços (educação, saúde, previdência social, etc.).

No período da ditadura militar, de 1964 a 1985, o povo viveu sob forte repressão e limitado de forma extrema em suas lutas. A década de 1980, marcada por lutas e conquistas importantes, especialmente no âmbito da Constituição Federal de 1988, logo foi seguida pela ofensiva neoliberal, exigindo articulação da classe trabalhadora pela não flexibilização e perda de direitos. Tal mobilização, no contexto atual, diante dos inúmeros ataques aos direitos, segue sendo imprescindível. Mas, afinal, o que significa cidadania? O termo aparece, frequentemente, em discursos políticos, rodas de debates, e, principalmente, em períodos eleitorais. De acordo com Covre (1998), “cidadania” é um termo que pode assumir variados significados, conforme sua percepção de análise. Para muitos sujeitos, ela chega a confundir-se apenas com o “voto”.

De acordo com Covre (1998), cidadania comporta duas dimensões: **deveres**, que se direcionam a responsabilidade coletiva, respeito às normas e leis, participação, direta ou indireta, no governo; e **direitos**, de ordem civil (segurança, por exemplo), política (voto, por exemplo), e social (educação, transporte público, saneamento básico, emprego e saúde, por exemplo). “Ser cidadão, fazer história, é não ser reprodutivista, mero usuário, utilizador das informações, da ciência e da tecnologia. É ser capaz de ser crítico das informações, construtor de conhecimentos e produtor de tecnologias.” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 158).

Portanto, pode-se afirmar que o exercício da cidadania implica a participação social dos sujeitos em prol da melhoria das condições de vida da população, mediante a consideração dos interesses de ordem coletiva. Neste sentido, importa evitar posturas passivas e ampliar pautas que impliquem a cooperação, a luta pela igualdade e justiça sociais, na constituição de uma população vigilante e comprometida com o futuro da nação.

2.2 CIDADANIA, EDUCAÇÃO E GEOGRAFIA: ELEMENTOS PARA O DEBATE

A interjeição que desencadeia esta pesquisa relaciona-se com a análise e reflexão acerca de como a cidadania está implicada nos conteúdos e no ensino de Geografia no Ensino Médio. Reconhecendo o objeto principal da Geografia, ao professor cabe propor um estudo direcionado às perspectivas e à realidade dos alunos. Neste sentido, “[...] se o espaço não é encarado como algo em que o homem (o aluno) está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele.” (RESENDE, 1986, p. 20).

Neste sentido, importante se faz refletir sobre o fato de que vivemos em um mundo no qual, a todo momento, estamos nos redefinindo, seja material ou imaterialmente; condutas e valores estão em constante transformação. As transformações dos recursos disponíveis, com o avanço da ciência e da tecnologia, disponibilizam novos aparatos, ao mesmo tempo que também têm conduzido à reduzida competência para a reflexão acerca de valores e posturas essenciais às relações humanas. Desta forma, usando uma terminologia de Bauman (2007, p. 7), “vivemos em um mundo líquido”, sem forma, mundo sem cor e, conseqüentemente, cheio de dúvidas.

Convém ressaltar que estamos inseridos em uma sociedade na qual somos responsáveis, de forma direta e indireta, pelas transformações que ocorrem a todo momento e, conseqüentemente, em todo o contexto histórico. Avanços na capacidade de reflexão e compreensão dos sujeitos envolvidos na educação sobre a conduta da humanidade, o papel da escola e sua relação com os participantes neste processo possuem interface com a iniciativa do Estado e seu comprometimento com todos os envolvidos, sem desconsiderar as disputas de compreensões e interesses que perpassam o próprio Estado, as quais são determinantes na condução da educação – se para a formação de um sujeito crítico e reflexivo ou se voltadas a atender, meramente, os interesses do mercado de trabalho, para não dizer do capitalismo.

A cidadania vai-se manifestando na sociedade através dos direitos conquistados pelos cidadãos. No Brasil, pode-se enfatizar que estamos apenas “engatinhando” neste sentido. A cidadania compreende “[...] direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries, direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.” (SANTOS, 2007, p. 38). Para Milton Santos, a própria educação, tal como é organizada e desenvolvida hoje, já condena as pessoas, à

medida que se fala, metaforicamente, em escolas de primeiro nível (“boas”, para os filhos das elites, da burguesia) e escolas de segundo nível (precárias, para os filhos dos trabalhadores). E, assim como a saúde e outros setores da sociedade, também a educação tem sido transformada em produto, em um bem do mercado.

Tratar a temática da cidadania, para os principais envolvidos no processo de formação, é fundamental para entender qual é a compreensão e a real preocupação com o assunto, o seu papel e, conseqüentemente, como a comunidade escolar o acolhe. Embora o tema da cidadania esteja contemplado no objetivo de formar um sujeito crítico e reflexivo, temos muitos obstáculos e desafios a serem superados para atingi-lo.

Em relação ao conceito de “cidadania”, em diversos diálogos sobre a temática, principalmente no espaço escolar, fala-se de um resgate; no entanto, devido à forma como se estrutura o sistema vigente, sabemos dos limites para uma cidadania plena, num contexto em que a população acesse de forma igual os bens e serviços produzidos pela sociedade. Neste sentido, apesar dos limites, a Geografia tem a possibilidade de avançar na contribuição da formação para a cidadania, ao considerar a realidade dos sujeitos em interface com os conteúdos que conduzem a uma compreensão crítica do espaço. Com esta perspectiva, a partir do tema apresentado, “[...] pode-se trabalhar com problemas da realidade de vida do aluno considerando que para entender cada situação é fundamental conhecer os problemas e interpretá-los com uma abordagem que considere a dimensão técnica e a dimensão pedagógica.” (CALLAI, 2011, p. 27).

Neste contexto, é importante pensar numa educação que, mediante a articulação dos conteúdos apresentados por todas as disciplinas escolares, incluindo a Geografia, considere os fatores socioeconômicos, os problemas que assolam a sociedade e instigue a consciência necessária para a mobilização, a participação social, a preocupação com os espaços coletivos. Assim, vislumbrando, além da socialização do conhecimento, a ampliação do sentido do nosso trabalho de professores. “Trata-se, antes, de mais nada, de assegurar à Geografia a sua condição de ciência, a sua capacidade de analisar o real sem desagregá-lo e por um caminho que conduza ao seu sentido.” (RESENDE, 1986, p. 32).

Todavia, vale enfatizar que, muitas vezes, os métodos de ensino mantêm relações contínuas: informações repassadas do professor para o aluno de forma passiva, por exemplo. “Em termos gerais, é um ensino caracterizado por se preocupar mais com a variedade e quantidade de noções/conceitos/informações que com a formação do pensamento reflexivo.” (MIZUKAMI, 1986, p. 14).

Diante de tais pressupostos, em consequência, tem ênfase a prerrogativa de aprender a aprender, de oferecer mais méritos às descobertas do que aos conteúdos em si, repassados de forma passiva. A escola, diante de tais perspectivas, tem como objetivo “adequar as necessidades individuais ao meio social” (LIBÂNIO 1999, p. 25). Destarte, a partir da compreensão da cidadania, pode instigar os sujeitos à preocupação com a construção do espaço de forma coletiva, e considerando as necessidades coletivas.

A educação para a cidadania é um desafio no ensino da Geografia nestes tempos em que a informação circula de forma ultrassônica e as novas tecnologias são impostas como recursos e ferramentas essenciais, implicando também contradições, haja vista a condução a uma sociedade cada vez mais consumidora de bens finitos. No entanto, no início dos anos de 1990, observaram-se no discurso da Geografia Crítica fragmentações, “surgindo novos enfoques de explicação e interpretação da realidade” (CAVALCANTI, 1998, p. 15), que poderiam servir à sala de aula, às aulas de Geografia. Todavia, tem perdurado a utilização de práticas pedagógicas ultrapassadas em “geografias”, limitando a contribuição dessa área de estudo para a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Por muito tempo, a Geografia caracterizou-se por um processo de aprendizagem com o objetivo de fornecer um aprendizado conteudista. Os alunos deveriam memorizar a maior quantidade possível de informações com a finalidade de reproduzi-las, restando impedidos de formar sua própria opinião e angariar maiores possibilidades de contribuir para transformar a realidade.

No ensino tradicional da Geografia, as experiências vivenciadas pelos alunos careciam de maior significação, sendo o conhecimento do professor absoluto, repleto de valores a serem seguidos. Concordamos com a ideia defendida por Vesentini (1985, 1992) de que o ensino da Geografia tradicional, em escolas com práticas pedagógicas igualmente tradicionais, serviu aos interesses do Estado, conseqüentemente alienando o indivíduo e maquiando seu papel na construção de seus espaços de vivência. Vesentini (1985, p. 32) afirma que o objetivo da geografia escolar era

Difundir uma ideologia patriótica e nacionalista: eis o escopo fundamental da geografia escolar. Inculcar a ideia de que a forma Estado-nação é natural e eterna; apagar da memória coletiva as formas anteriores de organização da(s) sociedade(s) [...]; enaltecer o nosso “Estado-nação” [...], destacando sua potencialidade, sua originalidade, o futuro “glorioso” que o espera.

Contudo, muitas foram as críticas realizadas à Geografia Crítica, à separação entre Geografia Física e Humana, às mudanças no plano acadêmico até atingir-se, mais tardiamente e de forma distorcida, a Geografia escolar. Cavalcanti (1998) afirma que os efeitos da Geografia Crítica na prática de ensino da Geografia foram muito modestos se comparados com o que essa renovação da ciência desenvolveu em nível teórico. A autora menciona duas questões para justificar esta ideia: a não divulgação e difusão das propostas da Geografia Crítica aos professores do ensino fundamental e médio, e os aspectos pedagógico-didáticos das propostas de ensino de Geografia que mantinham atenção somente ao conteúdo.

Entendemos que a Geografia Crítica promoveu aspectos positivos e mudanças no ambiente escolar: foram realizadas mudanças nas escolas; o desenvolvimento do senso crítico foi reconhecido como fundamental; os conhecimentos agregaram um caráter mais politizado, com o objetivo de uma aproximação com a realidade do aluno. Isso dá à Geografia o *status* de ciência social, segundo a qual o espaço geográfico é concebido como “espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais” (VESENTINI, 1985, p.56).

Nesta perspectiva, pode-se pensar que os sujeitos precisam ter, na escola, a ligação com as mais diversas culturas – especialmente em nosso país, haja vista a evidente diversidade cultural.

A cultura deve estar ligada tanto nas tradições culturais e costumes quanto no resgate do acervo cultural existente. [...] a produção cultural contribui de maneira básica na formação de crianças, jovens e adultos, pois resgata trajetórias e relatos, provoca a discussão de valores, crenças e a reflexão crítica da cultura que produzimos e que nos produz, suscita o repensar do sentido da vida, da sociedade contemporânea e, nela, do papel de cada um de nós. (KRAMER, 2003, p. 15).

A escola, de acordo com suas atribuições, também demanda preparar os sujeitos para terem a capacidade de compreensão e análise dos conteúdos disseminados pelos mais diversos meios de comunicação existentes e emergentes, os quais aceleram o ritmo com que se produzem e divulgam informações nos diversos setores da sociedade. Mas ela compreende, também, a preocupação com a construção coletiva do espaço, tendo em vista a demanda de melhores condições de vida ao conjunto dos sujeitos.

3 CIDADANIA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Atualmente, muitos temas e concepções ligados à educação não têm acompanhado as mudanças ocorridas no meio em que vivemos. Temos métodos do século XIX, professores do século XX e alunos do século XXI. Coloca-se como mais que necessária uma reestruturação dos conteúdos a ser trabalhados: verificando de forma minuciosa as diversas mudanças no mundo tecnológico; preservando o que é, de fato, importante; e analisando criticamente quais são os avanços necessários à viabilização de uma formação ao sujeito que o instrumentalize para pensar e refletir sobre as relações sociais vigentes.

Segundo Callai (2001, p. 134), “a Geografia é entendida como uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma ‘visão espacial’, sendo, por excelência, uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania”. Nessa direção, Dimenstein (1997) ressalta a necessidade de se buscar alternativas possíveis para a implementação das leis sociais, visto que o Brasil é um país campeão em leis e propostas que objetivam a garantia de uma cidadania plena porém tais leis parecem ser direcionadas a um “cidadão de papel”, ficam apenas no plano da inoperância do discurso.

A cidadania, portanto, não deve ser pensada como algo alheio ao ambiente escolar, fora do dia a dia da escola, destituída da relação professor/aluno, dos conteúdos e de seus objetivos. É a noção de cidadania que “[...] exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública.” (CAVALCANTI, 2001, p. 20).

Conforme Callai (2001, p. 135), o que se quer hoje, e a sociedade exige da escola, “[...] é uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria.” Isso, sem deixar de considerar que sofremos muitas transformações nos hábitos familiares nas últimas duas décadas, constituindo um novo padrão familiar, uma conduta tanto das crianças quanto dos jovens/adolescentes ainda desconhecida pelos professores da Educação Básica.

Questionamos, neste sentido, os métodos e melhores assuntos ligados às diferentes áreas do conhecimento eficazes para o desenvolvimento cognitivo da criança; muitas delas já entram no primeiro ano na escola com uma carga horária de cerca de cinco mil horas de programação televisiva. A escola deve manter de forma bem sucinta e clara sua maneira de expor o currículo programado em cada disciplina, com uma filosofia, uma proposta que a cada ano agregue valores em seus conceitos e corrija possíveis planos que não foram eficazes no ensino em geral; e, nesta perspectiva, desenvolver em cada uma das séries os conteúdos de Geografia.

Conforme Callai (2001, p. 135), diante da falta de embasamento teórico tanto da Geografia como da educação em geral, “[...] fica-se, então, entre seguir um livro, de preferência com caderno do professor e sugestões de atividades, ou fazer uma lista de conteúdos a partir dos programas e provas do vestibular.”

Os métodos de avaliação também fazem parte de todo o processo de formação do indivíduo. O aluno é um ser histórico e traz em sua bagagem experiências do seu próprio espaço cotidiano. Faz-se necessário realizar uma interligação entre tais experiências advindas do cotidiano de vida do aluno e as práticas pedagógicas, incluindo a forma de avaliação, sempre com o objetivo de melhorar a aprendizagem. Certamente, é importante e necessário conhecer este meio, estimular a crítica e lançar luz sobre tudo o que acontece diariamente, possibilitando alternativas para o alcance de objetivos. Conforme Callai (2013, p. 102),

[...] a dimensão ética do trabalho do professor implica um ensino significativo, pleno de sentido e o caráter da escola como lugar específico para ensinar o que a humanidade produziu; tem o privilégio de fornecer os elementos necessários para a construção do conhecimento, para que o aluno construa o seu entendimento de mundo, para que seja sujeito de suas ações, enfim, para que exerça a sua cidadania.

A questão é orientar o jovem cidadão, através da análise de todas as transformações que vêm ocorrendo na sociedade, e dar-lhe condições para a tomada de decisões. Desta forma, “[...] as escolas podem ser vistas como parte do universo de significados e práticas culturais mais amplas.” (GIROUX, 1986, p. 255).

Conforme Callai (2001, p. 138), sem um monitoramento constante, pode-se cair em “[...] explicações deterministas/mecanicistas de ajustamento ao meio, de adequação ao que está posto, como se os homens devessem se adequar pura e simplesmente ao mundo pronto.” E as aulas de Geografia? Questionamentos referentes à utilidade dos

conteúdos não raras vezes se fazem presentes, pautando, inclusive, diálogos e debates sobre sua pertinência. Callai (2001, p. 139) refere, ainda, que ao professor compete remeter para fora de si a organização dos conteúdos nas diversas séries e nos diversos graus de nosso ensino. Se, em determinado momento, a Geografia serviu para enaltecer o nacionalismo patriótico brasileiro (e hoje nós podemos examiná-lo assim), atualmente, muitos professores não conseguem perceber a qual interesse está ligada a forma de estruturação do conhecimento direcionado para as respectivas aulas, por meio dos livros, dos textos utilizados, etc.

Outrossim, é importante ressaltar que também foi produzida uma divisão em questões naturais e humanas. Segundo a autora mencionada, integram os conteúdos termos como “relevo”, “vegetação”, “clima”, “população”, “êxodo rural e migrações”, “estrutura urbana e vida nas cidades”, “industrialização”, “agricultura”, os quais, a depender da forma como são tratados, acabam por se traduzir como conhecimentos abstratos, neutros, sem ligação com a realidade.

Neste contexto, salienta-se, novamente, a função da escola em contribuir para a construção da cidadania, disponibilizando as mais diferentes práticas de diálogo e debate sobre diversos temas atuais, valores e, sobretudo, possibilitando uma formação mais sólida e densa, voltada para cooperação e crescimento intelectual contínuo.

Uma educação com vistas à emancipação dos indivíduos, que propicie a construção e o acesso a uma cidadania que vá além dos livros, dos discursos, dos interesses corporativos, e que permeie o meio social, político, está prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a mais importante lei brasileira referente à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996, sob número 9394/1996. Segundo a lei federal, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em relação aos conteúdos ministrados na Educação Básica, logo nas primeiras leituras e análises do referido documento, foi possível identificar uma dissintonia entre as mais diversas regiões do Brasil. Uma Base Nacional Curricular, uma unificação na qual 60% dos conteúdos sejam nacionais, e 40%, locais – ou seja, da região em que o aluno reside e na qual frequenta o sistema de ensino.

Macedo, Petty e Passos (2000), assim como Freire (2005, 2006), ressalta a importância e necessidade de uma educação problematizadora, na qual o ensino parta de temas retirados do próprio cotidiano do aluno, e não fundamentados em um saber distinto daquele que os alunos tiveram oportunidade de se apropriar. Caso contrário, os

conteúdos passam a situar-se fora da possibilidade de estabelecimento de qualquer relação significativa com os saberes por eles adquiridos.

A Educação Geográfica não valoriza apenas a aprendizagem de conceitos e conteúdos geográficos, mas também de conteúdos atitudinais e procedimentais, os quais auxiliam os alunos na construção de seus espaços de vivência e os conduzem a estabelecer seus princípios, hábitos e costumes nas relações cotidianas entre sociedade e meio (CASTELLAR, 2000).

Percebe-se que toda a estrutura social repassa uma forma de pensar que incapacita os indivíduos diante das problemáticas apontadas com maior frequência. Em vez de utilizar seu poder para capacitar para o envolvimento, ela age de forma contrária: objetivando tornar os sujeitos meros objetos, passíveis de manipulação. Presencia-se uma realidade em que prevalece uma consciência contrária à participação social, caracterizada por certa “terceirização da cidadania”.

A construção da cidadania, ocorrendo de forma coletiva, sempre é uma conquista de caráter não permanente, que prevê organização e articulação social na luta por direitos e pela sua manutenção. Os direitos, por sua vez, ao mesmo tempo que são individuais, também são coletivos, restando indispensável a articulação de forças para que sejam garantidas as potencialidades de realização humana, oportunizadas pela vida em sociedade.

Portanto, é muito valioso todo o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo de sua história; e, de certa forma, todos esses recursos devem ser transmitidos na escola. O aluno deve reconhecer e compreender todos os processos de influência e que transformam o lugar e o país em que vivemos. Conforme Santos (1994, p. 121), “[...] para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos”.

4 DIALOGANDO COM A ESCOLA ACERCA DA EDUCAÇÃO CIDADÃ NA GEOGRAFIA

Neste capítulo, destacamos a discriminação da metodologia no que se refere ao campo empírico, com destaque para os sujeitos do Ensino Médio, a explicitação do percurso de diálogo com os estudantes de Ensino Médio e os apontamentos dos alunos na relação entre Geografia e cidadania.

4.1 OS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO

A adolescência/juventude é uma fase de grande relevância social que se caracteriza por um afloramento maior das ditas emoções, que marcam o surgimento de inúmeras contestações e questionamentos. O jovem percebe falhas em relação às orientações e regras construídas pelos pais e caminha rumo à construção de valores próprios, o que lhes propiciará ver o mundo de outra forma. Tal fato possui muitos condicionamentos, que se referem, por sua vez, à consistência dos valores repassados pela família e ao poder de outros meios externos de grande influência.

Diante da descoberta da própria identidade, é de suma importância que o jovem considere também a importância de descobrir-se como ser que não vive somente para si, mas que inclui sentido em sua vida a partir da vivência com os outros indivíduos que compõem a sociedade, ou seja, torna-se relevante a adoção de comportamentos que façam parte de uma prática cidadã.

Deve-se considerar, no entanto, que o ser humano recebe influências diretas e indiretas do contexto físico e social que o acolhe. No decorrer de seu desenvolvimento, várias fontes atuam no repasse de informações e valores que, construindo um processo amplo e abrangente, definem padrões de pensamento e atitudes. Sua conduta vai sendo construída de acordo com as relações que são estabelecidas e cultivadas internamente a seu meio de convivência.

Os jovens, atualmente, possuem diversas fontes de pesquisa, diferentemente do que se dava há 50 anos, nas mais diversas profissões; ora, até mesmo o professor precisa propor novas práticas pedagógicas, capazes de motivar o aluno para as constantes mudanças na sociedade. As pessoas estão compartilhando ideias, isto é, dialogando sobre os mais diversos assuntos da sociedade, de forma menos intensa na presença física; o diálogo é restrito e, conseqüentemente, a convivência é muito mais limitada.

No entanto, o compartilhamento das ideias se dá em uma abrangência muito maior unicamente através das redes sociais – pouco democráticas e limitadoras –, tornando cada indivíduo possuidor desses recursos um coautor.

Todavia, as diversas ferramentas tecnológicas (Twitter, WhatsApp, Facebook, Instagram, etc.) à disposição dos jovens são apenas acúmulo de recursos, uma ampliação em esfera universal de diferentes formas de diálogo, em um mundo digital. Infelizmente, muitas vezes, disseminam a violência verbal e outras atitudes capazes de romper o bem-estar social dos indivíduos.

Desta forma, a cidadania acaba ganhando possibilidades maiores de enfrentamentos: em um mundo no qual a inteligência pode expandir-se, mas também pode retrair-se, o problema central, de certa forma, não é em relação ao uso dessas importantes ferramentas, mas sim ao seu mau uso, de forma constante, que pode causar diversos prejuízos na escola e em outros setores da sociedade.

Pode-se afirmar ainda, segundo Costa (2006, p. 38), que “A escola cidadã é escola autônoma e, portanto, escola de qualidade política. Somente assim a escola conseguirá atender as necessidades típicas do tempo-espaço atual, definido pela velocidade de mudanças globais.” É essencial a aproximação das pessoas no diálogo e no aperfeiçoamento da convivência, pois evidenciam-se, notadamente, as contradições geradas por uma sociedade apática e, muitas vezes, gananciosa, que limita o acesso a direitos fundamentais, caracterizando-se como uma sociedade passiva e violenta.

A escola é um ambiente único, em que o aluno vai descobrir novos horizontes; não vai, por exemplo, desenhar uma árvore sempre da mesma maneira: utilizando seus conhecimentos próprios, iluminado pelo professor e pelas pessoas que o cercam, terá a possibilidade de mudanças, disporá de novas técnicas para desenhar aquela determinada árvore, formas de pintura mais eficientes, assim como uma postura voltada para o compartilhamento de conhecimentos. Trata-se da abertura do cidadão para o mundo, tendo-se em conta que *“Ciudadanía es ser y estar con los otros en el mundo en una comprensión de consenso y acuerdo construido en varios niveles de la sociedad, de los cuales la escuela es imprescindible, como apertura de mundo al ciudadano.”* (ADAMS; ANDREIS, 2012, p. 02)¹.

¹ Cidadania é ser e estar com os outros no mundo em um entendimento de consenso e de acordo construído em vários níveis da sociedade, da qual a escola é essencial, como a abertura de cidadãos do mundo "(ADAMS;. ANDREIS, 2012, p . 02).

Em um exemplo atual, tem-se que em muitos lugares, inclusive nas redes sociais, a conduta das pessoas é redirecionada para outro fim: são conduzidas para outra cidadania, aquela considerada como não ideal. Isso se dá, analogamente, como se mostra a conduta de um cardume de peixes: muitos peixes nadando juntos, em uma mesma direção, estão disfarçando seu tamanho real mas, quando um peixe vira em sentido contrário, conseqüentemente, todos os outros viram de imediato, em seqüência, ou seja, trata-se de uma simulação de presença.

Da mesma maneira se manifesta a interação no mundo digital, muito utilizado pelos jovens/adolescentes: estes acabam por reconhecer que têm uma atividade política, cidadã, de participação, porque registram um *like* na rede social, dizendo ou querendo transmitir uma ideia que apoiam, uma determinada causa, em vez de ter uma militância concreta. Obviamente ficam apenas no campo do desejo, muito líquido, muito fluido, que acaba por não ter efeito algum.

A cidadania deve ser respeitosa, em uma atividade cooperativa, de trabalho partilhado para o crescimento coletivo e, posteriormente, a mudança; caso contrário, caminhamos cegamente para chegarmos ao limite da degradação do meio ambiente, do consumo desenfreado, na luta contínua contra a outra pessoa que está ao lado e, por fim, à extinção da humanidade.

Os seres humanos são dotados de inúmeras vontades e anseios. Por exemplo, um pai leva seu filho para o parque de diversões em um domingo ensolarado; o filho, com oito anos de idade, aguarda na fila do brinquedo que somente crianças com menos de seis anos poderiam utilizar; ao chegar ao responsável pelo brinquedo, o pai distorce a realidade dizendo que seu filho tem somente seis anos; o filho, indignado pelo fato de o pai errar sua idade, contesta-o; imediatamente, o pai lhe dá algumas “palmadas”, definitivamente educa-o para a postura não ética de mentir sempre que existir uma possibilidade de obter um benefício. Esse filho acaba por adquirir uma postura não cidadã.

Segundo Cortella e Barros Filho (2014), ética é escolha, um conjunto de valores e princípios que aprendemos e adotamos. “Ela impacta tudo o que está no nosso cotidiano, é a proteção da decência, é sempre a tua e a minha capacidade de não descuidarmos daquilo que nos ajuda em relação ao nosso modo de sermos decentes.” Para o jovem, não somente os conteúdos ministrados em geografia, e nas demais disciplinas presentes no Ensino Médio, mas todo o processo de sua formação, que envolve a escola e, da mesma forma, fora dela, sua família, amigos e pessoas que estão

em sua volta, também é fator determinante para a consolidação de sua conduta – portanto, reflexo de sua convivência até então.

El lugar es una comprensión que supone una identificación de los ciudadanos con las cosas, las personas y sus relaciones en determinados locales. El lugar es auténtico porque es el espacio de lo vivido hoy o ayer, pero con la particularidad de que se aprehendido con identificación con los objetos, los ciudadanos y sentimiento de pertenencia. (ADAMS; ANDREIS, 2012, p. 05).²

Muitas vezes, no mercado de trabalho, permanece um conceito de “cidadania” atrelado à divisão de classes, em que um determinado grupo possui poder diante de outro e atitudes benemerentes, como o fato de se oferecer um emprego a um sujeito, surgem como um favor: a empresa não precisa do operário, é o operário que precisa da empresa. Desta forma, percebe-se uma cidadania na perspectiva mercantil.

Las personas están permanentemente ejerciendo o sujetándose al poder territorial. Las cosas y las personas en el espacio cotidiano, algunas veces comprendido como lugar de identificación y pertenencia, en interacción con las manifestaciones del paisaje y en relaciones influenciadas por la territorialidad, van constituyendo su ciudadanía. (ADAMS; ANDREIS, 2012, p. 05).³

Exemplos de discussões sobre a importância da participação de cada um na preservação ambiental não deixam claro, em muitas ocasiões, que a cidadania não se restringe somente a tal atitude humana, mas exige a construção de uma forma de pensar e agir que priorize a autonomia e construa a consciência de participação social como algo amplo e necessário.

Os alunos devem, a partir do conhecimento adquirido em casa e na escola, estabelecer modos construtivos de convivência e nas relações de trabalho, respeitando o próximo e seguindo padrões éticos que propiciem a harmonia na sociedade em que vivem. Conforme o pensamento gramsciano, a educação é um processo contínuo, e a

² O lugar é um entendimento que supõe uma identificação do cidadão com as coisas, pessoas e seus relacionamentos em certas premissas. O lugar é autêntico porque é o espaço da experiência vivida hoje ou ontem, mas com a particularidade de que é pego com a identificação com objetos, os cidadãos e sentimento de pertença. (ADAMS; ANDREIS, 2012, p 05.).

³ As pessoas estão constantemente exercendo ou sujeitando-se ao poder territorial. Coisas e pessoas no espaço cotidiano, às vezes compreendida como um lugar de identificação e pertença, interagindo com as manifestações da paisagem e as relações influenciado pela territorialidade, constituem a sua cidadania. (ADAMS; ANDREIS, 2012, p 05.).

escola, uma via fundamental para a realização de uma educação humana que considere a disciplina no agir, na qual o indivíduo aprende à medida que faz escolhas.

4.2 UM DIÁLOGO COM OS JOVENS SOBRE CIDADANIA E GEOGRAFIA

Considerando a escola e a educação os principais agentes responsáveis pela formação cidadã, torna-se necessário conhecer e analisar a organização curricular como um todo. É importante destacar que as orientações curriculares no Brasil afirmam que “[...] o ensino de geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva.” (BRASIL, 1997, p. 108).

Vale destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam a ética com um tema transversal, a ser trabalhado por todas as disciplinas do currículo escolar, enfatizando que “[...] a geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania.” (BRASIL, 1998, p. 26).

Desta forma, o ensino de geografia deve oferecer e dar condições de conhecer e saber interpretar as mudanças no espaço geográfico; pensar a realidade; criar argumentos para diagnosticar problemas e possíveis soluções; utilizar os conceitos, categorias e procedimentos deste campo do conhecimento para compreender e analisar as condições geográficas da região e, acima de tudo, do município e bairro onde se reside. Santos (1994) considera muito importante, fundamental para a vida cidadã a dignidade dos sujeitos e, para o pleno aprendizado, acima de tudo, o conhecimento produzido ao longo de sua história, que deve ser apropriado pelo jovem. Conforme constante na obra de Santos (1994), devemos ter consciência de qual é a realidade atual, no país e no lugar onde estamos inseridos. Desta forma,

[...] para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isso significa saber como o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É deste modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. (SANTOS, 1994, p. 121).

A partir das questões mencionadas, da cidadania a ser ensinada na escola, de seus possíveis exemplos de presença nos conteúdos de geografia que orientem para a consolidação da aprendizagem cidadã, conforme apresenta Pinsky (1999, p. 18), assim tomamos a interpretação de “cidadania”:

[...] enfaixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos), e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum [...] operacionalmente, cidadania pode ser qualquer atividade cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e responsabilidade coletiva.

Os jovens possuem diversas definições do conceito de “cidadania”. Todavia, para tratar dela, não é necessário utilizar a palavra “excluídos”, que pode ser percebida de forma muito sutil no contexto: as pessoas podem sim excluir-se por si próprias, como uma determinada pessoa se exclui do mundo digital, mas, acima de tudo, destacam-se aqueles que são vítimas da economia, da política, da convivência; e assim vai-se em direção, em busca do autor, ou seja, de quem produziu o dano. Porém, ao final, todos devem assumir uma postura, uma atitude e realizar por conta própria a mudança necessária para construir uma sociedade mais justa e democrática.

4.2.1 Metodologia

Nesta etapa do trabalho, torna-se importante explicar como se desenvolveu a metodologia da pesquisa, explicando em que contexto ocorreu, como foram escolhidas as pessoas para a investigação e outros fatores importantes que não podem ser desconsiderados para tal elaboração.

Para a realização da pesquisa em que foram produzidos os dados, direcionou-se a atenção a duas escolas pertencentes à 4ª Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina, Brasil. Localizadas no oeste de Santa Catarina, as duas escolas possuem aspectos idênticos em relação ao ensino: ofertam Educação Fundamental e Ensino Médio, sendo que este é em período integral (matutino e vespertino); são escolas que também recebem alunos de municípios vizinhos, por diferentes fatores, ligados a distância entre casa dos alunos e escola; o calendário escolar é o mesmo em ambas as escolas, assim como no restante das escolas públicas do estado de Santa Catarina.

A pesquisa se constituiu em uma amostra aleatória, tendo sido entrevistados 18 alunos do 3º ano do Ensino Médio em cada escola. Os professores permaneceram em sala de aula, acompanhando o procedimento e estando inteiramente disponíveis para qualquer esclarecimento. A pesquisa foi direcionada somente para os alunos, sendo que o diálogo com os professores, principalmente os de geografia, também prevaleceu; foi possível identificar, em diferentes situações, diversas visões referentes aos conteúdos de geografia ministrados em sala de aula.

O presente trabalho de pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa do problema, não descartando as dimensões quantitativas mas focando nas dimensões de relação entre o problema e seu contexto de origem, compreendendo-o de forma a relacioná-lo não a valores numéricos e percentuais, mas a processos interpretativos (ACAFE, 2007).

A pesquisa qualitativa não parte do princípio de que há uma única forma de se conduzir estudos e resultados; as ciências humanas e sociais não devem igualar-se às ciências naturais, ou seja, alguns resultados de pesquisa não podem ser comparados, dimensionados ou mensurados (ACAFE, 2007). Além disso, é importante destacar que

[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1998 apud ACAPE, 2007, p. 10).

Quanto aos seus objetivos, este trabalho se caracteriza como descritivo. O objetivo descritivo, por sua vez, é destinado a descrever e explicar as características do contexto de origem do problema, sua realidade; visa estabelecer as relações existentes entre inúmeras variáveis, explicitando-as (ACAFE, 2007).

Considerando essas questões, este estudo visa analisar a contribuição da Geografia para a formação cidadã no Ensino Médio e o conhecimento dos alunos acerca do termo “cidadania”. A pesquisa aconteceu no primeiro semestre de 2017, em duas escolas da rede estadual (Gered Chapecó – 4ª região) de Santa Catarina. Optou-se por essas duas escolas (denominadas neste trabalho de **Escola 1** e **Escola A**) pelo fato de o pesquisador ter realizado estágio I, do Ensino Fundamental, na 6ª fase de graduação, em uma delas escolas; e ter cursado o Ensino Médio na outra unidade escolar, o que garante maior familiarização do acadêmico com os dirigentes e docentes da escola, facilitando a

realização da pesquisa. Ainda, considerou-se o fato de que as duas escolas ofertam o Ensino Médio de forma integral (turnos matutino e vespertino).

Foi aplicado um questionário (anexo 1), sendo que as questões definidas para abordar os dados produzidos, conforme anteriormente indicado, podem ser apresentadas em dois grupos: **1-** O que significa cidadania?; **2-** Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia? Explique citando um exemplo.

Optou-se pelo questionário dado seu objetivo principal: levantar “[...] opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p. 128). O questionário foi formulado com questões abertas, possibilitando que os sujeitos envolvidos pudessem responder as perguntas de acordo com suas percepções, não se adequando a alternativas preestabelecidas (GIL, 1999).

Foi realizada, também, uma análise de todo o contexto histórico acerca do termo “cidadania”, consulta bibliográfica dos estudos já realizados, uma reflexão sobre as possibilidades do ensino de geografia na Educação Básica para uma sociedade mais ativa e consciente. Dessa forma, é possível perceber os discursos dos alunos, além de confrontá-los com as frequentes mudanças comportamentais na sociedade atual.

As escolas que participaram da pesquisa assinaram a Declaração de Ciência e Concordância (anexo 2), resguardando o comprometimento ético da pesquisa. Após o término da coleta de dados, as informações obtidas foram sistematizadas e analisadas conforme a bibliografia consultada, visando compreender os objetivos a que se propõe este Trabalho de Conclusão de Curso.

4.2.2 Dados da pesquisa de campo

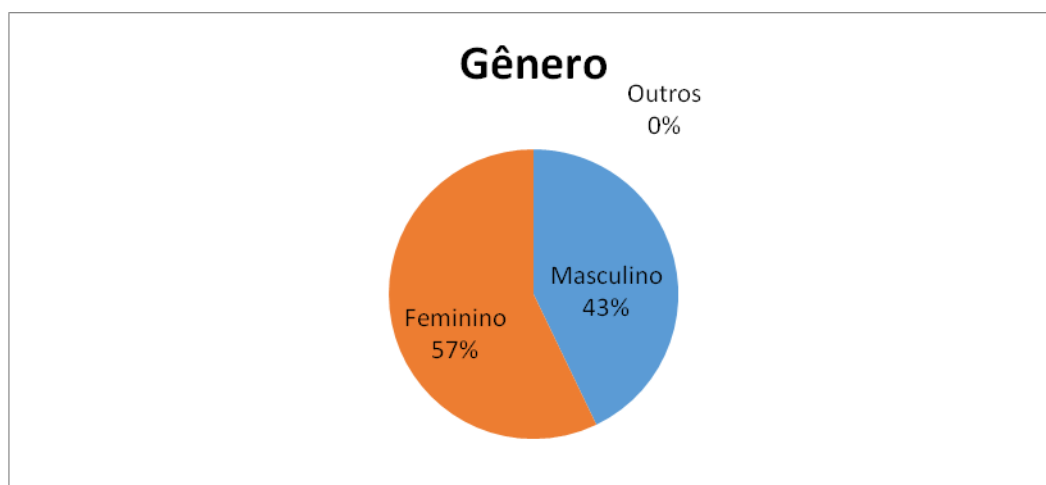
Tão importante quanto a coleta de dados, a análise e interpretação dos dados obtidos é fundamental para o descobrimento ético da pesquisa. Analisados com base no referencial teórico anteriormente apresentado, os dados devem conduzir a respostas diante do problema de pesquisa, apontando alternativas para as questões. A análise dos dados fez-se após aplicação dos questionários aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, contemplando duas unidades escolares no município de Chapecó.

Os gráficos e quadros a seguir indicam o entendimento do conceito de “cidadania” expresso pelos estudantes no momento de preenchimento dos questionários. Em uma primeira análise, percebe-se que, assim como salienta Callai (2014, p. 7), a questão que devemos levar em consideração é a de que “[...] a cidadania não é algo

neutro e que possa existir a partir de si mesmo. É sem dúvida uma questão de direito universal e de princípios republicanos, mas é também em seu acesso e exercício algo datado e situado.”

É necessário um olhar direto e muito importante para a reflexão sobre a real condição social e cultural do aluno, para uma construção sólida de valores morais e éticos capazes de criar uma sociedade com menos repressão, com uma maior capacidade de reflexão sobre seus atos e condutas na sociedade, prezando pelo desenvolvimento sustentável e por menos diferenças sociais. Participaram da pesquisa 36 alunos nas duas unidades escolares: 19 (57%) do gênero feminino e 17 (43%) do gênero masculino. Vale ressaltar que a maior participação foi de jovens de gênero feminino.

Gráfico 1 - Gênero dos sujeitos pesquisados



Fonte: elaboração própria (2017).

A idade dos alunos varia de 16 a 20 anos de idade: 20 alunos têm 17 anos (52%), 12 alunos têm 16 anos (34%), 3 alunos têm 18 anos (11%) e 1 aluno tem 20 anos (3%). Percebe-se que a grande maioria dos alunos possui idade compatível com a série que cursa, ou seja, entre 16 e 17 anos de idade. Tendo em vista seu estágio como concluintes do Ensino Médio, entendemos que esses participantes da pesquisa podem expressar dados para entendermos a relação entre Geografia e cidadania.

Gráfico 2 - Idade dos sujeitos pesquisados



Fonte: elaboração própria (2017).

Os alunos pesquisados, que aceitaram o convite para participar desta investigação, comprometendo-se em colaborar com a pesquisa, assim como esclarecido no termo de concordância (anexo 2) assinado pelas duas unidades escolares, tiveram suas identidades resguardadas, tal qual as duas unidades escolares, que serão apresentadas ao longo do texto como **Escola A** e **Escola 1**.

Apresentando-se as questões, com relação ao entendimento dos alunos sobre o significado do termo “cidadania”, percebe-se que sua opinião dividiu-se entre a associação do termo a uma sociedade com direitos e deveres, a um conjunto de pessoas que contribuem para o melhoramento da sociedade ou, simplesmente, ao estar presente na sociedade, conforme a tabela 1.

Quadro 1 - O que significa "cidadania"?

Escola A	Escola 1
É um conjunto de pessoas que forma a sociedade, um conjunto de cidadãos que é a cidadania.	Ajudar e ser ajudado, ser cidadão, ter direitos e deveres, exigir e ser cobrado.
Cidadania é um conjunto de pessoas que acompanha uma sociedade.	Ser cidadão, viver em sociedade, ser inserido em uma sociedade.
Como princípio, fazer parte de um grupo de pessoas, ser um cidadão e contribuir para o melhoramento da comunidade em que vive, cumprir os deveres e cobrar os próprios direitos.	Cidadania é uma coisa que você aprende e poderá melhorar e ajudar as pessoas.

Cidadania é o conjunto de ações que compõem nossa participação na sociedade.	Cidadania, ser cidadão, conviver em sociedade.
É ser um cidadão presente na sociedade; todos temos direitos e deveres, ser ético.	Ser cidadão é basicamente estar inserido em uma sociedade, cidadania são os pontos inseridos na sociedade. Por exemplo, realizar atividades em conjunto. Cidadania é referente a ser cidadão com direitos e deveres, e com o necessidade de cumpri-los.
É fazer parte da sociedade, expondo suas ideias, lutando para conseguir seus direitos, mas também não se esquecendo dos seus desvios como pessoa.	Ter cidadania é ser uma pessoa aberta a outras opiniões.
Significa fazer parte de uma sociedade onde temos nossos valores.	Bom, a primeira coisa que vem na cabeça, a população, os direitos.
Para mim, cidadania é o direito do cidadão (pessoas) se expressar, garantir seus direitos através da sua opinião.	Ser uma pessoa de bem, cumprir as normas, mas não viver regrado por elas, conseguir se colocar diante da sociedade. Ajudar por vontade própria.
A cidadania é ser cidadão, ter respeito com o próximo.	Modo em que a comunidade colabora, meios sociais, intenções, grupo de pessoas e seus direitos.
Significa que você sai da favela, mas a favela nunca sai de você!!	Significa ter direitos no lugar onde mora, no país, saber sobre o país.
Ser cidadão em uma sociedade, com deveres e direitos.	Cidadania é ter direitos na sociedade, mas saber também que há deveres a ser cumpridos, respeitar o direito dos outros, e saber até onde vai o seu.
Ser um cidadão (pessoas) melhor para o mundo, participar da nossa cidade como pessoas.	Ajudar as pessoas em sua volta.
De acordo com os meus conhecimentos, cidadania é tudo o que envolve o ser humano.	É a vida em comunidade, cooperação e desenvolvimento sustentável.
Sociedade.	Participar nas eleições, elegendo pessoas honestas e éticas no que fazem.
Cidadania é o conjunto de ações de um cidadão cumprindo direitos e deveres, participando das decisões políticas e vivendo em sociedade.	Cooperar com o próximo, mas no Brasil os problemas são de ordem social, já que há muita pobreza. Isso poderia ser realizado se houvesse uma preocupação maior dos governos e da população de melhor renda perante a pobreza, destinando recursos ou criando empregos para melhorar a qualidade de vida dessa parte da população.
Cidadania significa exercer ao máximo, ou praticar, os seus deveres e ao mesmo tempo desfrutar de seus direitos.	Cidadania significa ter emprego, é o mais fundamental, pois com ele as pessoas podem ter seu dinheiro e acabariam todos os problemas sociais, a cidadania seria

	plena e todos teriam paz.
Ajudar o outro, ser cidadão, saber ser uma pessoa melhor, sem querer nada em troca.	É uma pessoa ajudar a outra, não ser individualista e ter um espírito de cooperação.
É ter direitos iguais, empregos para todas as pessoas e distribuição de renda ideal para melhorar a sociedade.	Cidadania é a luta pelos direitos. As pessoas acabam votando nos políticos que já tentaram fazer tanta coisa e mesmo assim não tiveram êxito.

Fonte: elaboração própria (2017).

Para o exercício da cidadania de forma plena, foram mencionados problemas que envolvem o relacionamento entre as pessoas. Na concepção dos pesquisados, eles seriam solucionados se as pessoas se percebessem como iguais, com direitos iguais e com deveres iguais. Assim, um aluno da Escola 1 descreve que ter direitos iguais implica uma sociedade que forneça oportunidades de emprego para todas as pessoas e, conseqüentemente, distribuição de renda ideal para tornar a sociedade cada vez melhor.

Na mesma linha direciona-se um aluno da Escola A que menciona, igualmente, a questão do emprego no Brasil: “Cidadania significa ter emprego, é o mais fundamental, pois com ele as pessoas podem ter seu dinheiro e acabariam todos os problemas sociais, a cidadania seria plena e todos teriam paz.” Já alguns alunos fizeram menção aos governantes do nosso país, prezando por um maior comprometimento e seriedade em suas decisões, de modo a promover o diálogo entre os partidos políticos em prol da construção de uma sociedade mais justa: “Cooperar com o próximo, mas no Brasil os problemas são de ordem social, já que há muita pobreza. Isso poderia ser realizado se houvesse uma preocupação maior dos governos e da população de melhor renda perante a pobreza, destinando recursos ou criando empregos para melhorar a qualidade de vida dessa parte da população.”

Muitas das problemáticas citadas pelos alunos não são novidade, pois diversos problemas que afligem a sociedade vêm se arrastando há décadas, decorrentes do aumento populacional intenso, sem um planejamento eficaz que acompanhasse as frequentes (re)organizações da sociedade. Neste sentido, os conteúdos das aulas de geografia devem mostrar diariamente as perversidades da globalização, fornecendo dados atualizados de aumento e diminuição de aspectos gerais que condicionam a qualidade de vida da população no Brasil, propondo uma comparação com os diferentes

países do mundo. Desta forma, pode-se fornecer ao aluno uma visão crítica sobre as principais causas que geraram o dano e apontar algumas soluções para sanar o problema exposto.

Também a partir da temática das desigualdades sociais, os alunos citaram como problemas que afligem a sociedade moderna questões que envolvem o relacionamento interpessoal e sociopolítico: o preconceito, a discriminação, a violência; e questões que envolvem as relações sociais dos indivíduos: a corrupção, a pobreza e a miséria.

A partir da pesquisa realizada, constatou-se que toda a estrutura social repassa uma forma de pensar que incapacita os indivíduos diante das problemáticas identificadas com maior frequência. Em vez de utilizar seu poder para capacitar ao envolvimento, ela o faz de forma contrária, objetivando tornar os sujeitos meros objetos, passíveis de manipulação. Presencia-se uma realidade em que prevalece uma consciência contrária à participação social, caracterizada por certa “terceirização da cidadania”.

Alguns alunos colocaram como uma das maiores problemáticas da sociedade o “pensamento individualista”. Este, por si mesmo, pode ser percebido como consequência do sistema capitalista que dissemina um conjunto de ideologias caracterizadas pela competição, pela aceitação das injustiças, pela negação dos direitos, resultados preocupantes que, somados, causam grandes crises políticas, estagnação econômica do Estado, além de distorcer toda a imagem de uma conduta cidadã e, conseqüentemente, da cidadania plena em uma nação. Não existe uma cultura de cooperação, de autonomia, de emancipação; prega-se, mesmo que de forma indireta, uma cultura que aceite a realidade de dominação e trabalhe para que ela se mantenha. Faz-se necessário, pois, romper com as ideologias do sistema e perceber mais amplamente a realidade em que vivemos.

Também restou evidenciado que um dos adolescentes não acredita mais numa sociedade com menos corrupção, ele justifica isso afirmando: “[...] eles (os políticos) já tentaram fazer tanta coisa e mesmo assim não tiveram êxito.” Neste caso, permanece a consciência crítica, mas tal consciência vem desresponsabilizada de ações individuais que possam influenciar no bem comum, pois o sujeito cita “eles” e não “nós”; o sujeito não se inclui na ação.

Nessas citações, reflete o pensamento de muitos outros adolescentes que, pasmos diante de uma situação complexa, são induzidos pela ordem vigente a perceberem-se sem poder para transformar e sem autonomia para construir um

posicionamento diverso do proclamado pelas ideologias dominantes. Parte dos adolescentes possui consciência da importância do exercício da cidadania, das deficiências e dos elementos que podem construir uma sociedade mais centrada no bem-comum; no entanto, uma outra parte dos alunos não tem interesse em adotar uma participação ativa dentro da sociedade e não reconhece possíveis deficiências, atribuindo a outrem a responsabilidade pelas transformações societárias.

Para falarmos de cidadania, e como ela é praticada em uma cidade, estado ou país, precisamos analisar todas as contradições, influências e condições sociais presentes; não somente descrevê-las, mas também apontar alternativas para melhorar essa condição, inserindo novas práticas pedagógicas no ensino de geografia. A escola é responsável pela escolarização dos alunos, mas não age de forma individual na formação do indivíduo: os pais o fazem de forma primária – a escola entra de forma secundária nesse processo. Não podemos responsabilizar a escola de modo que fique encarregada de todas essas etapas de construção do real cidadão. Há que analisar a conduta das pessoas desde crianças, fatos que aconteceram na sua vida, ou mesmo fantasias que assumem um valor real na sua vida – todo o contexto que perpassa a mente do indivíduo, e construído a partir de sua história.

O jovem não poderá adotar uma postura de apenas olhar e apontar para os outros, esperando que os outros indivíduos façam algo para mudar. Há que partir de cada sujeito a capacidade de reflexão, analisando a própria conduta: “o que eu, como personagem inserido neste cenário, tenho feito para realizar, de fato, uma transformação para melhor no espaço a que todos pertencemos?”

“Ética”, termo também mencionado pelos alunos, é questão central; coloca-se como um conceito que a escola tem que assumir de fato. O professor exerce uma função heroica em sala de aula; pois que da mesma forma a ética seja estimulada pela família também.

No que diz respeito ao direito à política, penso que todo aquele que vive na área educacional precisa de certa forma trazer o tema da política para a sala de aula, para o espaço escolar. Mas não se deve partidizar seu estudo; a política partidária é apenas um ligamento, uma vertente, isso não significa que é a única e nem a melhor forma de fazer política. Podemos utilizar diferentes recursos pedagógicos, mecanismos que auxiliem os alunos no sentido de fazer uma boa política, descrevendo geografia, história, sociologia, filosofia, entre outras disciplinas, no condomínio ou no bairro onde o aluno reside. Também discutindo a política na família, em relação à convivência e seu

aperfeiçoamento. Desta forma, estaremos problematizando e qualificando o modo como o indivíduo se relaciona com as outras pessoas na sociedade.

Segundo Santos e Kahil (2007), é no espaço geográfico que os processos sociais ocorrem e é através de seu estudo que o aluno compreende a dinâmica dos lugares, já que o lugar não está sozinho, mas é reflexo de um todo. As transformações políticas, sociais, econômicas e culturais articulam-se no lugar de diferentes maneiras, resultando em objetivo a ser alcançado segundo suas particularidades.

Os meios utilizados para ensinar geografia, de uma forma geral, podem aliar conteúdos e assuntos atuais sobre economia, política, esportes, música etc. Como Milton Santos (1987) descrevia em suas publicações, há que ensinar geografia em forma de enredos, juntamente com filosofia e arte. Isso tudo no intuito de formar um cidadão ético, ciente dos seus direitos e deveres, tendo como principais objetivos analisar o espaço geográfico, compartilhar as vivências e aperfeiçoá-las, promovendo novas ideias para uma sociedade melhor, articulando e aproximando o aluno de sua realidade.

Na segunda questão da pesquisa, ao indagarmos os alunos sobre se realmente aprendem a ser cidadãos com os conteúdos e as aulas de geografia, a grande maioria dos pesquisados, considerando as duas escolas, respondeu que sim. Dos 36 alunos pesquisados, apenas 2 responderam que não, as aulas e os conteúdos de geografia não auxiliam na formação cidadã; estes não justificaram suas respostas com exemplos, conforme quadro 2.

Gráfico 3 - Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia?



Fonte: elaboração própria (2017).

Em resposta à solicitação para explicar sua resposta citando um exemplo, os alunos assim enunciaram:

Quadro 2 - Escola A: Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia?

Sim	Não
Conhecimento geral é amplo na geografia.	<i>Aluno não respondeu.</i>
No contexto histórico, geografia... o processo de evolução da humanidade.	
Conhecendo o mundo e as relações políticas e sociais, aprendemos a perceber o certo e errado, conhecendo nossos direitos e deveres.	
No segundo ano, aprendemos um pouco, mas agora, no terceiro, ainda não tocamos no assunto.	
Sim, porque aprendemos o que é ser cidadão.	
Conhecimento amplo do mundo.	
Relacionando com o espaço geográfico, sociedade, pessoas...	
O professor manja nas coisas.	
Conhecendo o meio onde vivemos e as diferenças, formamos nossas concepções.	
Aprendemos o valor da geografia e seus conhecimentos.	
Pois temos a discussão do nosso dia a dia em sala.	
Respeitar as regras.	
Conhecendo o mundo, estudando a geografia, formulamos opiniões e assim desenvolvemos nossa participação ativa na sociedade.	
Conforme a maneira que estudamos o espaço em nosso redor e da forma que ele é construído.	
<i>Aluna não respondeu.</i>	

Porque, se seguimos os passos das aulas, a gente entende o que é certo e errado.	
Você aprende a ser um cidadão de bem, que respeita os outros, entre muitas outras coisas.	

Fonte: elaboração própria (2017).

Entre as diversas justificativas em relação à questão que aborda os conteúdos e as aulas de geografia para a formação cidadã, um(a) aluno(a) diz que sim, os conteúdos e as aulas de geografia são essenciais, pois a “formação ética e profissional é importante para uma sociedade mais democrática”. Neste sentido, refletir sobre a questão da quantidade total de pessoas que, no Brasil, têm a possibilidade de qualidade de ensino, acesso e condições básicas para uma formação sólida e contínua ainda está distante, pois infelizmente somos uma sociedade dividida por classes, ou seja, a própria educação já condena as pessoas com escolas de primeiro, segundo e terceiro níveis, assim como a saúde também é um bem do mercado.

Em relação à educação, somente como exemplo, registramos que ainda temos no Brasil 13 milhões de pessoas com mais de 18 anos de idade que não leem o lema da própria bandeira, “Ordem e Progresso”; e há outra grande parcela que se encontra em grandes dificuldades de diálogo. É necessário, para obter os resultados esperados, uma formação ética e profissional. Além disso, como mencionado por diversos alunos, a orientação através dos conteúdos de geografia, mas também uma maior participação e preocupação do Estado como um todo, por uma sociedade sem privilégios e com acessos iguais para todo cidadão.

Outro jovem pesquisado na Escola A faz menção às aulas de geografia como fundamentais, pois trazem consigo conteúdos que fornecem condições de distinguir o que é certo e o que é errado na vida em sociedade. Neste sentido, o objetivo central do sistema escolar é a formação de um cidadão socialmente consciente e participativo; a contribuição da escola, bem como dos conteúdos direcionados aos alunos, se define na perspectiva de possibilitar ao educando todas as condições de desenvolvimento humano que possibilitem a ele conhecer e compreender a realidade atual, para de fato tomar decisões eficazes na construção de seus espaços.

Ainda na Escola 1, outro jovem pesquisado faz um breve discurso sobre os conteúdos de geografia e sua importância para a formação cidadã: “Conhecendo o

mundo, estudando a geografia, formulamos opiniões e assim desenvolvemos nossa participação ativa na sociedade.”

Para outra aluna da Escola A, os conteúdos e as aulas de geografia orientam para a formação cidadã pois possibilitam uma análise de todo o processo de construção da sociedade: “No contexto histórico, geografia... o processo de evolução da humanidade.” Assim, a geografia traz consigo a capacidade de especificar onde ocorrem, como ocorrem e por que ocorrem determinados eventos, mas, acima de tudo, analisa as inter-relações entre os elementos que compõem esse ambiente em diferentes escalas (local, regional e inter ou supranacional).

Analisando o posicionamento dos alunos quanto ao tema cidadania, apesar de algumas respostas indicarem que os conteúdos orientam para a formação cidadã, temos diagnosticado um sistema educacional que não foi pensado por seus professores e alunos, foi algo pensado por uma esfera maior. “Ele foi construído por cima, pelo Estado instrumentalizado pela burguesia [...]” (VESENTINI, 2010, p. 16). Sendo assim, pensar em uma educação que leve o aluno a conhecer seus direitos e deveres como cidadãos requer, em certa medida, um esforço maior, ou seja, habilidades e coragem por parte do professor da Educação Básica.

É preciso procurar a todo custo evitar o comodismo intelectual e a burocratização das relações sociais e educacionais [...] é uma das mais importantes tarefas para que o ensino não apenas reproduza as demandas para ampliação da modernidade, mas, principalmente, contribua para formar cidadãos mais ativos e críticos e com isso uma sociedade cada vez mais democrática [...] (VESENTINI, 2010, p. 26).

Pode-se perceber na análise das respostas dos alunos pesquisados (Quadro 3), que a grande maioria possui plena certeza da grande importância das aulas e conteúdos de geografia ao longo de suas vidas escolares. Afirmam que, a partir dos conteúdos de geografia, criam-se regras de convivência, o diálogo é exercitado e aprimorado constantemente, o conflito que poderia acontecer em casa ou no convívio com os colegas também sofre mudanças para melhor.

Quadro 3 - Escola 1 : Você aprende ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia?

Sim	Não
Aprendemos os direitos e vida social no	<i>Aluno não respondeu.</i>

país.	
Aprendemos como é o país, a viver nele, os direitos do lugar.	
Por meio da comunicação, usando exemplos da sociedade.	
Pois estudando geografia irá compreender um pouco mais o mundo ao seu redor, tudo o que está ao seu redor. Um exemplo é a questão política.	
O planeta, o universo, solo... esses conteúdos são interessantes.	
<i>Aluno não respondeu.</i>	
Conteúdos voltados à sociedade e aos diversos problemas.	
Tocar violão na sala com os alunos.	
Porque você aprende a ser uma pessoa melhor.	
Atividades voltadas à sociedade.	
Economia e alguns direitos.	

<i>Aluno não respondeu.</i>	
Pois aprendemos a ter um pensamento crítico sobre os fatos que assolam a sociedade.	
É necessário para adquirir novos conhecimentos sobre a realidade do mundo.	
Aprendemos a ter uma postura correta diante dos problemas diários da sociedade moderna.	
Formação ética e profissional é importante para uma sociedade mais democrática.	
Entender melhor a conduta e organização da sociedade.	

Fonte: elaboração própria (2017).

Salienta em sua resposta uma aluna da Escola 1: “formação ética e profissional é importante para uma sociedade mais democrática”. Outro aluno respondeu que sim, que os conteúdos e as aulas de geografia auxiliam na formação cidadã, mas não soube

justificar com exemplos, o que demonstra muitas dúvidas do pesquisado em relação ao termo “cidadania”, a como ela está presente nos conteúdos de geografia como um todo.

A análise também revela que a cidadania não é algo que se aprende somente na escola, e na escola poderá não ser vista como algo em construção. A educação do cidadão poderá ser vista por muitas pessoas como não concretizada se não “gerar” a confirmação de um emprego, numa perspectiva de ponto de equilíbrio e ajustamento à ordem social.

As escolas não devem somente dispor de um PPP como formalidade, mas têm de apresentá-lo aos professores, pois somente pleno conhecimento deste será possível efetivar soluções para o melhoramento de propostas de formação cidadã que tenham como objetivo o desenvolvimento democrático no ambiente escolar. Conforme Gadotti (2000), a escola, como formadora de sujeitos, deverá sempre dar o primeiro exemplo.

Assuntos relacionados a preconceitos devem ser tratados com orientações no sentido da conduta ideal dos alunos, prevalecendo a participação e formação de grupos de estudo na escola, rodas de debates, eventos essenciais para aliar conteúdos da disciplina de geografia com fatos ocorridos atualmente na sociedade. É muito importante trabalhar a educação em direitos humanos, num ambiente educativo muito mais mobilizador de aprendizagem significativa para todos os alunos, de modo que os jovens aprendam e se constituam como sujeitos do direito e atores sociais, construindo uma sociedade mais justa.

Acredita-se, conforme Carvalho e Vlach (2007), que os conteúdos geográficos podem e devem contribuir efetivamente para formar cidadãos plenos e ativos, na perspectiva de contribuir à compreensão de problemas enfrentados atualmente no mundo, muitos dos quais estão ligados a aspectos da convivência social, ao não diálogo entre as pessoas no seu sentido mais amplo.

Castrogiovanni (1998) acredita na importância e mesmo na necessidade de uma educação voltada para a cidadania, considerando os valores e os padrões culturais da vida e de aprendizagem dos grupos sociais. Segundo o autor, é pela educação que tais sociedades podem expressar sua cultura, seu saber e defendê-los a fim de impedir a massificação e a globalização de outros valores tidos como certos e universais. É importante destacar que, na maioria das respostas dos jovens pesquisados, identificam-se muitos indicativos de que essas perspectivas ultrapassadas estão sendo superadas, impulsionando uma possível prática que contribua, efetivamente, para a formação cidadã de todos os educandos.

Os alunos foram capazes de compreender e afirmar, em sua grande maioria, que os conteúdos de geografia são essenciais para a formação cidadã, como processo necessário para a superação das desigualdades sociais que exploram as camadas trabalhadoras, subjugadas historicamente. A formação cidadã é necessária em todos os países do mundo; deve ser estimulada a prática do diálogo, a superação das indiferenças, de hábitos considerados padronizados e morais ditos necessários pelas camadas dominantes. A formação cidadã pressupõe posicionamento crítico das camadas populares, eterna vigilância e aperfeiçoamento das práticas democráticas, fazendo valer a sua força na luta por condições dignas de subsistência.

Entretanto, a responsabilidade por uma formação cidadã dos jovens, em todo seu desenvolvimento, não está apenas nas mãos dos educadores ou professores. Esta deve ser uma preocupação de toda a sociedade, à qual cabe dar apoio permanente, auxiliar e valorizar o trabalho de todas as pessoas envolvidas nesse processo, principalmente na escola. Não se deve perder de vista esta tarefa, que, afinal, não é somente de um componente curricular, mas está presente em toda a grade escolar e, conseqüentemente, vai seguir permeando sua formação superior, moldando a caminhada dos sujeitos na construção de uma sociedade cada vez melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a etapa de análise dos dados da pesquisa, buscamos pensar acerca dos sentidos de tudo aquilo que norteou a investigação durante um período de dois semestres, e direcionou a vida acadêmica. Concluir a graduação e a pesquisa não dará possibilidades de encerrar todos os trabalhos de investigação, reflexão, pensamento e aprendizado, mas somente a primeira etapa, para que possamos desempenhar um papel cada vez mais significativo na atuação docente e discente – somos eternos alunos.

Esta pesquisa se propôs a investigar se os alunos do terceiro ano do Ensino Médio de duas escolas públicas do oeste de Santa Catarina consideram que as aulas e os conteúdos de geografia auxiliam na formação cidadã, e seu entendimento acerca do termo “cidadania”. Com o intuito de desvelar o problema, mas distante de apontar uma solução, apontar-se-á uma possível análise, reflexão e interpretação dos questionamentos, com base no referencial teórico e na pesquisa realizada, amparada no conhecimento produzido ao longo do processo.

A pesquisa realizada permitiu a construção de vários indicadores que nos conduzem para o já comentado “entendimento legalista”. Há um destaque para o entendimento dos direitos e deveres, bem como de um comportamento amigável no âmbito do coletivo. Outra dimensão importante destacada pelos participantes da pesquisa merece atenção: os alunos expressam que a Geografia é que permite suscitar a aprendizagem crítica dos conteúdos relacionados ao mundo. É com Geografia que os alunos contam para essa vivência crítica.

Notamos que os alunos, em geral, pensam as obrigações como papel do outro. Dificilmente eles se colocam como protagonistas da realidade, como sujeitos autônomos, com capacidade para organização e mobilização. Na maioria das ocasiões, deixam para o outro a responsabilidade pelas transformações, ou se apoiam em opiniões já construídas, com base em interesses de grupos específicos e/ou dominantes. Em decorrência disso, também encontram dificuldades na identificação de deficiências no seu processo de formação e participação na vida comunitária.

Percebemos, através da análise de diversas bibliografias, de estudos direcionados à temática em questão, e em associação com o mundo e a convivência familiar escolar atual, que houve uma rarefação da convivência entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças e adolescentes.

Nos últimos trinta anos, por várias razões, o Brasil se urbanizou de uma maneira inimaginável; em 1960, quase 70% da população vivia em áreas rurais e pequenas cidades. Atualmente tem-se uma inversão: somente 20% da população vive no interior, sendo que quase a metade da população brasileira vive em 10 metrópoles. De certa forma, isso significa geograficamente que a distância entre a moradia e o local de trabalho, o local de prestação de serviços e o local da residência, restringiu os espaços e os tempos de convivência coletiva das pessoas. Neste sentido, isso significa que os pais passam um maior tempo fora do ambiente familiar, ainda que no deslocamento ao trabalho, sendo que as atividades são mais intensas nas grandes cidades. Tudo isso obviamente diminuiu o tempo de convivência entre pais e filhos, gerando conseqüentemente uma sobrecarga na estrutura escolar.

A escola pública no Brasil é responsável por aproximadamente 90% das vagas na Educação Básica; falar de escola no Brasil é falar em escola pública, sem desmerecer o direito à escola privada, garantida pela constituição. Mas a escola pública é atualmente, no Brasil, um polo de proteção social, através da merenda, atendimento à saúde, cautela em relação à segurança, orientação para o trânsito, orientação contra drogas, orientação sexual, orientação em relação à ecologia, educação para a convivência etc. Além de tudo isso, às quatro horas têm de dar conta das disciplinas da grade escolar vigente e, muitas vezes, há quarenta alunos em sala de aula – todos fatores que acabam gerando dificuldades nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos professores.

Porém, no que se refere aos modos de ensino-aprendizagem, o aluno não deverá apenas saber ler e escrever precisa ter um olhar e direcionamentos voltados ao desenvolvimento do cidadão. Sem querer formar cidadãos passivos e conformados com tudo o que lhes é imposto, ao professor cabe perceber de que forma estão sendo transmitidos os devidos conteúdos – muitas vezes não dá aos alunos oportunidades de transformação social, acaba visando apenas à memorização ou reprodução dos conhecimentos.

Assim, pode-se perceber, pelo conceito de “cidadania” trazido pelos alunos, que eles a consideram um conjunto de pessoas vivendo em uma sociedade com direitos e deveres; e o ensino de geografia é fundamental segundo suas concepções, pois orienta para a análise das diferentes sociedades, bem como sua capacidade de transformação ao longo da história.

Ora, como profissionais da educação, temos que, acima de tudo, fortalecer os laços entre família e escola, com gestão democrática, possibilidade de participação de toda a comunidade escolar, pois a escola auxilia a família realizando a escolarização, todavia esta não representa toda a educação; essencialmente, a educação dos jovens é responsabilidade primária dos pais, e secundária do poder público. Não podemos sobrecarregar apenas um lado, mas sim promover o debate e o aprimoramento das condutas executadas.

Realizando análise com base no referencial teórico, verificamos que a escola também precisa romper com o mero exercício da cidadania, propondo espaços de formação cidadã que estimulem o aluno em sua prática, tais como mobilizações coletivas, grêmios estudantis, grupos de proteção ambiental, grupos de conscientização contra as drogas, grupo de estudos na escola, projetos desenvolvidos com os alunos para um trânsito melhor, etc. Tudo isso poderá ser articulado entre os conteúdos de geografia e de outras disciplinas ministradas no Ensino Básico.

Posteriormente, neste mesmo trabalho, foi realizada uma reflexão sobre os temas mais citados pelos alunos no questionário, especialmente a questão da violência, uma das grandes preocupações e que gera medo para a sociedade de um modo geral.

Muito já foi realizado ao longo das últimas duas décadas em comparação ao século passado em relação à cidadania escolar; mas temos muito a construir. Acima de tudo, a cidadania não pode se restringir aos períodos eleitorais e, posteriormente, desaparecer no cotidiano. A educação deve ser prioridade para construir uma sociedade mais justa, não somente na escola, mas como plano de governo, na família, no teatro, nos meios de comunicação, no trabalho, em todas as dimensões que envolvem a rotina das pessoas. Neste sentido, a escola vai auxiliar na educação do aluno fornecendo parte do conhecimento necessário para que siga as etapas da sua vida; mas a educação e a disciplina são deveres também da família, que tem de comprometer-se a cooperar com essa formação.

As leituras e considerações sobre o tema estimularam a criticidade, reflexão, autonomia e a postura sempre atuante do acadêmico/pesquisador na sociedade; passa a, além de viver, influenciar e ser influenciado, transformar e ser constituído pelo processo histórico.

O desenvolvimento deste trabalho, então, pode contribuir para o aperfeiçoamento do pesquisador, como cidadão e futuro professor de geografia; para os alunos investigados; para as duas escolas participantes desta pesquisa. O trabalho

aponta sugestões para a superação de alguns problemas da realidade aqui exposta, contribuindo para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Mas é sempre importante seguir adiante, ir além, não encerrando os estudos e a pesquisa neste momento. Seria interessante, em um trabalho futuro, avaliar a formação continuada de professores para a garantia de uma escola que cumpra com sua função social, ressaltando a função importantíssima do profissional educador como articulador e agente central na construção do conhecimento, responsável pelas principais atividades desenvolvidas pela escola.

Enfim, este Trabalho de Conclusão de Curso encerra apenas a primeira etapa no processo de formação docente. Isso porque uma questão importante ainda se apresenta como desafio: significar o ensino para ressignificar às aprendizagens geográficas. Mas sabemos que, para uma formação contínua e de qualidade, é necessário ir além, sabendo que, sendo humanos, somos todos seres inacabados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAFE. **Metodologia da pesquisa**. Unidade 3: métodos e técnicas em pesquisa. Florianópolis. 2007.p.27.
- ADAMS, Adair; ANDREIS, A. M. Espacialidad e intersubjetividad en la constitución de la ciudadanía: el papel de la escuela. In: FERNÁNDEZ, Nicolás de Alba; GARCIA PÉREZ, Francisco F.; SANTISTEBEN FERNÁNDEZ, Antoni (Orgs.). **Espacialidad e intersubjetividad en la constitución de la ciudadanía: el papel de la escuela**. Sevilla/España: Revista de Didácticas Específicas, 2012. p. 101-108.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu; CALLAI, Helena Copetti. **A Licenciatura de Geografia e a articulação com a Educação Básica**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos Castrogiovanni; Helena Copetti Callai; Neiva Otero Schäffer; Nestor André Kaercher. (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, v. , p. 189-195.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 7-23.
- BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angelada S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 147-176.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. **Lei n. 9.394, de 2º de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília, 1996.
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília, 1997. 166 p.
- CALLAI, H. C. MORAIS, M.M.de. **Cidadania e Geografia**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, mayo de 2014.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da geografia – o professor**. Ijuí: Unijuí, 2013.

_____. Espaço de poder ou o poder do espaço? **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 3, p. 25-32, jul./set. 1986.

_____. The school geography and the didactic in the constitution of the geografic education. Problems of education in the 21^o century. **Siauliai**, Lituania, v. 27, p. 38-47, 2011.

_____; SCÄFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____; ZARTH, Paulo A. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia**. Ijuí: Unijuí, 1988.

CARVALHO, Ednéa Nascimento; VLACH, Vânia R. F. Vivenciando a Geografia no Ensino Fundamental: a construção da cidadania. In: ENCONTRO DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Mundo contemporâneo, práxis educativa e ensino de Geografia, 9., 2007, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. CD-ROM.

CASTELLAR, S. M. V. Alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Revisitando a alfabetização para Geografia no Ensino Fundamental. In: SHÄFFER, N. O. et al. (Orgs.). **Ensinar e aprender Geografia**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 37-46.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A problemática do ensino de Geografia veiculada nos Encontros Nacionais da AGB (1976-1986). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 35-55, jan./dez. 1995.

CAVALCANTI, Lana de S. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de conhecimentos**. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética e vergonha na cara!** Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014. (Coleção Papyrus Debates).

COSTA, Gisele Maria Tonin da. **Projeto político-pedagógico: uma perspectiva de identidade no exercício da autonomia e a construção da cidadania**. Rei: Revista de Educação do Ideau, Getúlio Vargas, RS, v. 1, n. 1, p. 33-44, ago./2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos, 16).

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo e Ira Shor. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. Decálogo da escola cidadã. In: _____. **Escola cidadã**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 54-60.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 128-138.

GIROUX, Henry. **Teoria e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KRAMER, Sonia. O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Orgs.). **Infância e produção cultural**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003. p. 11-24.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**.-2.ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lucia S.; PASSOS, Norimar C. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PINSKY, J. **Cidadania e educação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 135 p.

RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma Prática de Ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questões colocadas pelos movimentos sociais.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p.114-116. jul./2002.

ROUSSEAU, J. J. Manuscrito de Genebra (1761). In: _____. **Rousseau e as relações internacionais.** Prefácio Gelson Fonseca Jr. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 3-145

SANTOS, Giovana A. dos; KAHIL, Samira P. **Desafios no processo ensino-aprendizagem do lugar nas séries iniciais do ensino fundamental: possibilidades para a formação da cidadania.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 6., 2007, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões.** Porto Alegre: Fundação Ulisses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3).

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007.

_____. Para que a Geografia mude sem continuar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 5-22, 1982.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp-Hucitec, 1978.

_____. **Técnica, espaço e tempo-globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira; SILVA, Edimilson Gomes. Um olhar a partir da utilização de dinâmicas como ferramenta para o ensino da geografia escolar. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 44, p. 128-139, dez. 2012.

TONET, Ivo. **Cidadania ou emancipação humana.** Espaço Acadêmico. Alagoas, n. 44, jan. 2005. Disponível em: espacoacademico.wordpress.com/2012/05/26/cidadania-ou-emancipacao-humana. Acesso em 08 de julho 2017.

VESENTINI, José William. Geografia Crítica e Ensino. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Orgs.). **Para onde vai o ensino da Geografia.** 9. ed. São Paulo: Contexto 2010.

VESENTINI, José W. **Para uma geografia crítica na escola.** São Paulo: Ática, 1992.

VESENTINI, José W (Org.) et. al. **Geografia e ensino: textos críticos.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993

ANEXOS**ANEXO A – Questionário de pesquisa****UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**
Curso de Graduação em Geografia

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Pesquisador: Bernardo Luza

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Maria Andreis

Idade:

Série:

Gênero: Masculino () Feminino () Outros ()

1) O que significa “**Cidadania**”?

2) Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de **Geografia**?

Sim ()

Não ()

Explique citando um exemplo.

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!

ANEXO B – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo refletir sobre a compreensão dos alunos do 3º ano (terceiro) do Ensino Médio em relação ao termo “Cidadania”. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Para a coleta dos dados, serão convidados entre 10 e 15 alunos da escola, no espaço das aulas, com a concordância de presença do professor titular, para responderem ao questionário com as seguintes perguntas: **a)** O que significa “Cidadania”; **b)** Você aprende a ser cidadão com os conteúdos e as aulas de Geografia? Sim () Não () Explique citando um exemplo. A pesquisa deverá envolver em torno de 20 minutos da aula.

A coleta será realizada pelo discente Bernardo Luza, do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Esta interlocução com os alunos das escolas compreende o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) acadêmico. Nesse sentido, todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como a das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética.

Todo o material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador, que é discente do curso de Geografia – Licenciatura, Bernardo Luza, e, após 5 anos, será destruído. Dados individuais dos participantes não serão objeto desta pesquisa, e a escola não será identificada. Será realizada uma devolução dos resultados para a escola se for assim solicitado. Através deste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão da Cidadania, para a construção de uma sociedade mais democrática e suas relações para uma postura mais ética e justa para todos.

Agradecemos a colaboração desta instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. O pesquisador responsável por esta pesquisa é o acadêmico Bernardo Luza, do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, com o projeto sob orientação da Prof.^a Dra. Adriana Maria Andreis.

Concordamos que os jovens que estudam nesta instituição participem do presente estudo.

Escola de Educação Básica A e/ou 1: _____

Responsável pela pesquisa: _____